

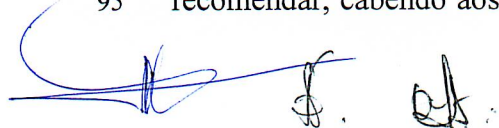


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

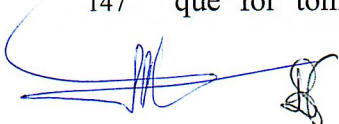
A T A

1 **ATA DA SEGUNDA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR**
2 **DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO**
3 **PARÁ, REALIZADA NO DIA VINTE E UM DE JULHO DE DOIS MIL E NOVE.** No
4 vigésimo primeiro dia do mês de julho de dois mil e nove, às nove horas e quinze minutos,
5 na Sala de Reuniões dos Órgãos Deliberativos da Administração Superior, localizada no 3.º
6 andar do Prédio da Reitoria, Cidade Universitária Profº José da Silveira Netto, na cidade de
7 Belém, capital do Estado do Pará, reuniu-se, sob a presidência do Magnífico Reitor, Prof.
8 Dr. Carlos Edílson de Almeida Maneschy, o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e
9 Extensão com a presença dos seguintes membros: Horácio Schneider, Vice-Reitor; Edson
10 Ortiz de Matos, Pró-Reitor de Administração; Mauro Magalhães, representando a Pró-
11 Reitora de Ensino de Graduação; Fernando Arthur de Freitas Neves, Pró-Reitor de Extensão;
12 João Cauby de Almeida Júnior, Pró-Reitor de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal; Flávio
13 Sidrim Nassar, Pró-Reitor de Relações Internacionais; Emmanuel Zagury Tourinho, Pró-
14 Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação; José Ciriaco Pinheiro, representante docente do
15 Instituto de Ciências Exatas e Naturais; Laélia Maria Barra Feio Brasil, representante
16 docente do Instituto de Ciências da Saúde; Tadeu Oliver Gonçalves, representante docente
17 do Instituto de Educação Matemática e Científica; José Perilo da Rosa Neto, representante
18 docente do Instituto de Tecnologia; Celina Maria Colino Magalhães, representante docente
19 do Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento; Leônidas Olegário de Carvalho,
20 representante docente do *Campus* de Castanhal; José Rinaldo de Vasconcelos Lobato,
21 representante docente do *Campus* de Soure; Apolinário Alves Filho, Cleide Raiol
22 Nascimento, Eliana Maria dos Santos, Gilmar Wanzeller Siqueira e Raquel Trindade
23 Borges, representantes dos Servidores Técnico-Administrativos. Justificou a ausência, na
24 forma regimental, os seguintes Conselheiros: Ana Paula Vidal Bastos e Oriana Almeida,
25 titular e suplente do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos; Doriedson do Socorro Rodrigues
26 e Ângela Sampaio, titular e suplente do *Campus* de Cametá; Francisco Costa e Eráclito de
27 Souza Argolo, titular e suplente do *Campus* de Marabá; Vera Lúcia Jacob Chaves e Solange
28 Calcagno Galvão, titular e suplente da Associação dos Docentes da UFPA. **1. ABERTURA:**
29 O Sr. Presidente saudou a todos os presentes e se manifestou dizendo ser uma grande
30 satisfação presidir pela primeira vez a reunião. **2. ORDEM DO DIA: Proc. n. 018044/2009**
31 **(Anexo Proc. n. 003421/2009). Assunto: PSS 2010 – Alteração de Edital. Interessado:**
32 **Centro de Processos Seletivos – CEPS.** Dando início à reunião, o Sr. Presidente lamentou
33 a fatalidade do falecimento do aluno que participava do Encontro Nacional de Estudantes de
34 História na UFPA e pediu um minuto de silêncio em memória do aluno. Em seguida, passou
35 ao Proc. n. 018044/2009, que trata sobre a alteração do Edital do PSS 2010, em decorrência
36 de uma recomendação feita pela Procuradora da República, Dra. Ana Karísia Távora
37 Teixeira, que recomenda que a UFPA empreenda todos os procedimentos necessários para
38 ofertar em seu sistema de cotas, no mínimo, uma vaga aos portadores de deficiência em cada
39 Curso de Graduação oferecido pela Instituição. Continuando, disse que o Edital do
40 Vestibular foi disponibilizado no *site* da UFPA, porém foi retirado, pois a Universidade
41 precisava tomar uma posição e dar uma resposta ao Ministério Público. Caso contrário iria
42 sofrer uma ação civil, com consequências que poderiam paralisar o processo de Vestibular
43 que ora se inicia, a partir de agosto. Ainda com a palavra, o Sr. Presidente explicou o porquê

44 de convocar uma reunião extraordinária para tratar o assunto e, também, esclareceu que era
45 de sua importância as considerações dos Senhores Conselheiros. Continuando, o Sr.
46 Presidente apresentou aos Conselheiros a tese preliminar onde a Universidade se apresenta
47 favorável à oferta de uma vaga em cada Curso de Graduação aos portadores de deficiência.
48 Lembrou, ainda, que o Ministério Público não esperava do Conselho a forma como essa
49 oferta se daria e sim que o Conselho se manifestasse a favor ou contra. Em seguida, cedeu a
50 palavra aos membros do Conselho. Com a palavra, o Conselheiro Tadeu Oliver, disse ser,
51 em princípio, favorável à oferta de uma vaga em todos os Cursos de Graduação da UFPA
52 sem exceção. No entanto, acredita ser necessário que se façam estudos de forma cuidadosa.
53 Com a palavra, o Conselheiro Apolinário Alves, sugeriu que o Conselho pautasse uma
54 discussão para que pudesse rever e regulamentar todo o processo de cotas, uma vez que a
55 Comissão que organiza o Vestibular precisa alterar regras, porque se inclui realidades novas,
56 mas continuam as mesmas regras de definições que regulamentam o Vestibular. A
57 Conselheira Cleide Raiol, disse não ter muito o que se discutir. Continuando disse, que o
58 que se tem a fazer é acatar o que o Ministério Público recomenda, e também colocou que é
59 preciso discutir como, na prática, a Universidade vai integrar essas pessoas de acordo com a
60 realidade da Instituição. Solicitando a palavra, o Conselheiro Tadeu Oliver questionou se
61 existe a possibilidade da Universidade encaminhar um documento sobre esse tema e que
62 depois dê uma resposta ao Ministério Público para o ano de 2010. Pedindo a palavra, o
63 Conselheiro Leônidas Olegário observou que, no Ofício enviado pelo Ministério Público,
64 eles solicitam que em caso de posição favorável, informar quais as providências adotadas, e
65 em caso de decisão desfavorável, quais as razões da discordância. Argumentou, ainda, que
66 uma das razões de não adesão no Edital para o ano de 2010, é em função do prazo, uma vez
67 que o Ofício foi enviado dia vinte e dois de junho. Segundo ele, no Ofício encaminhado pelo
68 Prof. Alex Fiúza à Procuradora da República há uma solicitação de que seja encaminhado o
69 documento fundamentado sobre o assunto para que fosse analisado e deliberado pelo
70 CONSEPE. De acordo com o Conselheiro, isso ocorreu no dia dezoito de fevereiro e a
71 Universidade ficou aguardando o que foi solicitado pelo Reitor, e como não obteve resposta
72 não foi possível discutir o assunto no CONSEPE, em tempo hábil. Informou, também, que o
73 Parecer que trata sobre esse assunto esclareceu bastante os membros do Conselho, trazendo,
74 inclusive, algumas contribuições para o Edital. Com a palavra, o Conselheiro Mauro
75 Magalhães fez a leitura da proposta do Parecer sobre a reserva de vaga para pessoa
76 portadora de deficiência, no Processo de Vestibular. O Conselheiro Tadeu Oliver levantou a
77 questão sobre quem iria definir os critérios da compatibilidade dos Cursos escolhidos pelo
78 aluno portador de deficiência. A Conselheira Laélia Brasil disse que a Universidade deve
79 estabelecer quais são as cotas, se é de negro, quilombola, se é de índio, se é de portador de
80 deficiência. Segundo ela, em todas as reuniões há discussão sobre a questão da inclusão e
81 afirmou ser favorável ao sistema de cota destinado à pessoa com deficiência. Com a palavra,
82 o Conselheiro João Cauby disse que inicia a partir de agora uma discussão em busca de
83 alternativas para solucionar a questão da inclusão. Lembrou, ainda, que a recomendação do
84 Ministério Público não é pautada somente na lei, mas parte do princípio da pessoa humana,
85 da isonomia e requer um tratamento diferenciado visando à sua integração social, econômica
86 e cultural. Esclareceu, também, a respeito do questionamento do Conselheiro Tadeu Oliver
87 sobre o que é deficiência de acordo com os Artigos 3º e 4º do Decreto: “deficiência é toda
88 perda ou anormalidade de uma estrutura psicológica ou fisiológica”. Solicitando a palavra, o
89 Conselheiro Horácio Schneider, disse que no vestibular convencional não é exigido que
90 ninguém faça um parecer se o portador de deficiência pode ou não fazer determinado curso e
91 acrescentou que este se inscreve no vestibular normal porque não há nenhuma lei que proíba
92 a sua inscrição. Continuando, o Conselheiro Apolinário Alves questionou se a Universidade
93 hoje está preparada para atender a esse tipo de demanda, e se ela possui profissionais
94 capacitados. Continuando, disse que o Ministério Público não pode impor, e sim
95 recomendar, cabendo aos Conselheiros decidir se a Universidade tem condições para aderir



96 em 2010 ou não a respeito da inclusão. Com a palavra, o Conselheiro Mauro Magalhães
97 mencionou ser provável que a pessoa portadora de deficiência escolha um curso que seja
98 compatível com a deficiência que ela possui. O Conselheiro Fernando Arthur esclareceu que
99 neste Conselho já foi apresentado Parecer contrário a um pedido do Ministério Público,
100 sendo assim o Conselho tem autonomia de decidir se aceita ou não. Diante disso, o Sr.
101 Presidente concordou dizendo que o Conselho é autônomo para tomar qualquer decisão. O
102 Conselheiro Leônidas Olegário disse que não há necessidade de se mudar todo o Edital, e
103 sim apenas fazer uma emenda, porque o Edital já propõe todas as definições e acredita que
104 até o próximo ano se terá tempo será suficiente para trabalhar esta questão. Assumindo a
105 palavra, Conselheira Cleide Raiol disse que o Processo Seletivo abrange a pessoa com
106 deficiência, e citou como exemplo, a UFPA, a qual possui o primeiro docente em LIBRAS
107 selecionado por meio de concurso público. Afirmou, ainda, que a questão é regulamentar a
108 matéria de forma que a Universidade mantenha um ensino de qualidade para todos do
109 sistema de cotas; sejam negros, índios e deficientes. Com a palavra, o Conselheiro Flávio
110 Nassar disse que a partir do momento que a Universidade oferecer cotas para o ingresso de
111 pessoas com deficiência terá mecanismos para solicitar ao MEC mais recursos a fim de
112 atender essa nova demanda. O Conselheiro Emmanuel Tourinho disse ser favorável à
113 política de inclusão, mas esta precisa ser bem definida. Segundo ele, a inclusão não irá
114 alterar substancialmente uma realidade existente na Universidade, embora possa ser
115 intensificada. Disse, ainda, que o importante é que a Instituição deve se adequar para receber
116 estes alunos. Solicitando a palavra, o Conselheiro João Cauby esclareceu a questão sobre a
117 compatibilidade e citou o Decreto que regulamenta essa questão inserida no Art. 16, § 2º.
118 Ressaltou, ainda, que a deficiência ou incapacidade deve ser diagnosticada e caracterizada
119 por uma equipe multidisciplinar, multiprofissional de saúde, e que o órgão responsável pelo
120 Concurso receberá essa assistência. Continuando, disse que em relação ao Concurso
121 Público, a equipe multiprofissional emite parecer observando as conclusões que constam no
122 Artigo citado. A Conselheira Celina Magalhães manifestou-se favorável à política de cotas,
123 na medida em que a Universidade tem que normatizar e dar o suporte, preocupando-se com
124 as políticas que irão sustentar esse sistema de cotas, com adequação da estrutura física e com
125 a criação de planos que afirmem essa inclusão, uma vez que alguns locais estão
126 inadequados, citando como exemplo, o Restaurante Universitário e a Biblioteca. Dando
127 sequência à reunião, o Sr. Presidente disse que quanto à inclusão todos os Conselheiros
128 manifestaram-se favoráveis, o que já é um avanço. Continuando, o Sr. Presidente ressaltou
129 as dificuldades que a Universidade terá que enfrentar, uma vez que inicia o Processo
130 Seletivo com esse tipo de inclusão e a partir de março do próximo ano será necessário
131 responder a todas as demandas. Disse, ainda, que este é o momento de responder a essa
132 provocação feita pelo Ministério Público. Continuando, o SR. Presidente disse que a questão
133 é se a inclusão será feita no Processo Seletivo em 2010 ou em 2011. Solicitando a palavra, o
134 Conselheiro Fernando Arthur alertou que o sistema de cotas provocou movimentos muito
135 grandes no País e sinalizou dizendo que a Universidade recebe investimento, porque as cotas
136 geram recursos financeiros para oferecer as condições adequadas para a educação desses
137 alunos, e que, portanto, as dificuldades quanto aos recursos já se superou. Após diversas
138 manifestações, o Sr. Presidente esclareceu que, pelos discursos apresentados, todos os
139 Conselheiros são favoráveis à aprovação do sistema de cotas, ou seja, a inclusão de pessoa
140 com deficiência. Continuando, o Sr. Presidente ressaltou que a única questão que não ficou
141 bem esclarecida foi o prazo para que esse sistema seja implementado. Diante disso, e com
142 base na ampla discussão sobre a matéria em questão e as diversas manifestações dos
143 Senhores Conselheiros, o Sr. Presidente submeteu aos membros do Conselho duas propostas
144 de encaminhamento para a votação. Primeira proposta: incluir o sistema de cotas para as
145 pessoas com deficiência no Edital de 2010; e a segunda proposta: incluir o sistema de cotas
146 para as pessoas com deficiência no Edital de 2011. O Sr. Presidente ressaltou que a decisão
147 que for tomada será colocada no Documento Oficial. Os Conselheiros após votação



ATA CONSEPE 2ª EXTRAORDINÁRIA 21.07.2009

148 aprovaram a segunda proposta, ou seja, a inclusão do sistema de cotas no PSS de 2011. O
149 Sr. Presidente, também disse que será organizada uma Comissão de estudos para discutir as
150 condições adequadas para atender a essa demanda e que será composta pelo Conselheiro
151 Leônidas Olegário, pela Conselheira Laélia Brasil, por um membro da Administração
152 Superior, por um representante estudantil e um por representante da Associação Paraense de
153 Defesa dos Deficientes. **3. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Sr.
154 Presidente agradeceu o comparecimento dos Senhores Conselheiros e às onze horas e trinta
155 minutos, deu por encerrada a sessão, da qual, para constar, foi lavrada a presente Ata, que
156 após aprovada, vai assinada pelo Presidente do Conselho, por mim, Grace Baêta de Oliveira,
157 Secretária Executiva da SEGE, e demais presentes.

